



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/12/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 24**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

**Presidente:**

**Vereador:** Jorge Alves Custódio (PSD)

**Vereador:** João dos Santos Alves (PSD)

**Vereador:** Isabel Alexandra dos Santos Tomé (PSD)

**Vereador:** Carlos Manuel Nunes Alegre (PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:** José Alberto Pacheco Brito Dias (PSD)

**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 09/12/2014**

**ATA Nº 24**

----- Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por João Manuel Almeida Neves, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Presidente, por se encontrar numa reunião da CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 24 de novembro de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1.1 - Reunião de Câmara Extraordinária**

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo, que há necessidade de realizar uma reunião extraordinária do Executivo Camarário, pelo que, nos termos do artigo 40º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, propõe que a mesma se efetue no dia 12 de dezembro do corrente ano, pelas 12 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ponto Um** - Extinção da Associação de Municípios da Zona do Pinhal; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- **Ponto Dois** - Proposta de Abertura de um lugar de Dirigente Intermédio de 3º Grau. -----

----- **Ponto Três** - Prestação de Serviços - Animação de Natal e Fim de Ano \_ 2014 - Parecer Prévio Vinculativo; -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e tornar pública a presente deliberação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **1.1.2 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses** **- Resolução aprovada pelo Concelho Geral da ANMP**

----- Foi presente uma Circular da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a remeter a Resolução aprovada pelo Concelho Geral, relativa à Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **1.1.3 - Instituto Nacional para a Reabilitação** **- Prémio "Praia + Acessível" 2014 - comunicação dos vencedores**

----- Foi presente um ofício do Instituto Nacional para a Reabilitação, a manifestar o reconhecimento pelo empenho que vem sendo demonstrado pelo Município de Pampilhosa da Serra na implementação e dinamização do Programa "Praia Acessível - Praia Para Todos!", bem como a informar que o júri nacional do Prémio "Praia + Acessível" decidiu, por unanimidade, entre as 22 candidaturas admitidas a concurso em 2014, atribuir o 1º lugar à Praia de Pampilhosa da Serra. A cerimónia oficial da entrega dos prémios terá lugar em 2015, em data e local a designar oportunamente. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 04 de dezembro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.773.913,92 € (um milhão setecentos e setenta e três mil novecentos e treze euros e noventa e dois centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 206.614,34 € (duzentos e seis mil seiscentos e catorze euros e trinta e quatro centimos), num total de 1.992.439,13 € (um milhão novecentos e noventa e dois mil quatrocentos e trinta e nove euros e treze centimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 2.1.2 – Protocolo de Divisão de Energia Eólica

----- Foi presente a Informação nº 012 do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: ---

----- Após análise dos mapas de apuramento das contas relativas ao Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis, informo V.Exª dos valores apurados referentes ao 1º semestre de 2014: -----

----- - Parque Eólico Pampilhosa da Serra: 58.304,98 €; -----

----- - Parque Eólico Malhadas Góis: 11.928,90 €; -----

----- - Parque Eólico Cadafaz: (23.851,02 €). -----

----- Valor a transferir para o Município de Góis - 46.382,86 €. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

##### 2.2.1 – Renovação das Concessões de Pesca Desportiva (Rio Unhais e Santa Luzia)

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, a remeter os Regulamentos a vigorar na Concessão de Pesca Desportiva do Rio Unhais e Santa Luzia, respetivamente, provenientes da Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral, que carecem de aprovação do Executivo Camarário. -----

----- A Câmara Municipal, após análise dos referidos Regulamentos, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3.1 – Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense

##### - Pedido de apoio financeiro

----- Foi presente uma carta do Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, em que refere o facto de que tem desempenhado, durante a sua existência, um papel fulcral no âmbito da promoção de atividades culturais; que, para além de contar com cerca de 50 executantes, fundou a Escola de Música, a qual tem como base a formação de novas gerações de músicos pampilhosenses, estão inscritos cerca de 40 pessoas. Nesse contexto e em virtude de o quadro de músicos executantes ter aumentado, existe a necessidade de adquirir um novo instrumento, pelo que, solicitam um possível financiamento para a aquisição de 1 Trompa, de que juntam, desde já, o respetivo orçamento. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, deliberou por unanimidade transferir para o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense a importância de 3.900,00 € (três mil e novecentos euros) mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.2 – Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra

##### - Pedido de ajuda financeira

----- Foi presente uma carta da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, na qual expõe a sua situação, tanto ao nível da estrutura como das atividades que concretiza, tendo por objetivo primordial a divulgação dos valores culturais e patrimoniais do concelho de Pampilhosa da Serra, mas que assumem custos significativamente relevantes, os quais não tem sido possível satisfazer com as receitas da quotização e do jornal “Serras da Pampilhosa”. -----

----- A fim de minimizar a precária condição financeira da Casa, vêm solicitar um apoio financeiro, no valor de 2.700,00 €, destinado a apoiar as despesas de funcionamento da associação, na prossecução das suas atribuições estatutárias. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra a importância de 2.700,00 €, mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3.3 - Lucília Costa Pereira Isidoro

##### - Candidatura - Pavilhão da Zona Industrial da Portela de Unhais

----- Foi presente um requerimento, subscrito por Lucília Costa Pereira Isidoro, residente na Av. José Nunes Júnior - Casal da Lapa, 3320-100 Janeiro de Baixo, a apresentar candidatura ao arrendamento da Fração C do Pavilhão da Zona Industrial da Portela de Unhais, dado necessitar (previsivelmente) para o cabal desenvolvimento da sua atividade, de uma área aproximada de 286,50 m2. -----

----- Mais refere que, na presente data, não está a exercer qualquer atividade por conta própria, pretendendo fazê-lo apenas quando conseguir instalações para poder instalar uma padaria com forno de lenha, churrasqueira e confeção de produtos alimentares para venda tipo "Take away", motivo da presente candidatura. -----

----- Refere ainda que existe a criação de 2 postos de trabalho, incluindo o seu. -----

----- Que, em cumprimento do nº 2 da cláusula Décima Segunda das Normas de Utilização e Arrendamento das frações do Pavilhão da Zona Industrial da Portela de Unhais, para uma mais célere apreciação do presente processo de candidatura, junta em anexo o B.I e NIF ou Cartão de Cidadão e cópia das duas últimas declarações de IRS. -----

----- A Câmara Municipal, após análise da candidatura/intenção de investimento apresentada, da Informação dos Serviços Jurídicos sobre a mesma, considerando os fatores de ponderação indicados no nº 1 da Cláusula 13ª das citadas Normas e o mérito para o desenvolvimento empresarial do concelho, deliberou por unanimidade adjudicar o arrendamento da fração C do Pavilhão sito na Zona Industrial da Portela de Unhais, da freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra à Srª Lucília Costa Pereira Isidoro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.4 - Proposta do Sr. Presidente

##### - Suspensão da eficácia da Cláusula 17ª (Cláusula Penal) do documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Considerando que a atual conjuntura económico-financeira do País está a recuperar lentamente, devido às medidas de austeridade, as pequenas e médias empresas a nível nacional ainda continuam com algumas dificuldades, por isso, necessitam de apoio e incentivos para manter os postos de trabalho, evitando o aumento do desemprego. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, importa reforçar o investimento empresarial, não se podendo, no entanto, penalizar as empresas em laboração, no sentido de as mesmas criarem riqueza a nível económico, condição essencial para a criação de mais postos de trabalho e gerarem sustentabilidade de por si só, manterem a sua atividade. -----

----- Atendendo a que, ao nível económico-financeiro o concelho de Pampilhosa da Serra, está a passar pelas mesmas dificuldades do País, é importante incentivar e apoiar as empresas do concelho, para manterem os postos de trabalho criados e permitir que, as mesmas criem mais postos de trabalho, para que a população residente no concelho se mantenha e não se intensifique ainda mais a desertificação, uma vez que o nosso concelho é um dos mais pobres a nível nacional, com uma taxa de desertificação elevada. -----

----- Atenta a realidade sócio económica do concelho, em que a situação financeira das empresas em laboração não melhorou, não permitiram a contratação de novos postos de trabalho e, por vezes levou à dispensa de outros, **proponho que à semelhança do que foi deliberado em anos anteriores, se mantenha a suspensão da eficácia da Cláusula 17<sup>a</sup> (Cláusula Penal) do documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias e, consequentemente se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele documento, com efeitos de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.** -----

----- Pelos menos motivos, proponho ainda, a suspensão da eficácia da Cláusula 17<sup>a</sup>, (Cláusula Penal) do Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o II Pavilhão, sito na zona Industrial do Alto das Aldeias e consequentemente, se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquela documento, com efeitos de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015. -----

----- Referindo a dita Cláusula 17<sup>a</sup> que: -----

----- "1 - Seis meses após a celebração dos respetivos contratos de arrendamento, a Câmara Municipal solicitará aos arrendatários cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores, afim de, verificar o cumprimento da candidatura apresentada, no que à criação de novos postos de trabalho respeita." -----

----- 2 - O não cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, para efeitos dos números 1 e 2 da Cláusula Décima Quarta, implicará a aplicação de uma penalização em função dos postos de trabalho não efetivamente criados e constantes da candidatura, tendo em conta o seguinte: -----

----- 2.1 - Por um posto de trabalho não efetivamente criado - aplicação de penalização mensal de 50% sobre o valor inicial da renda mensal. -----

----- 2.2 - Por dois postos de trabalho não efetivamente criados - aplicação de penalização mensal de 60% sobre o resultado do valor referido em 2.1. -----

----- 2.3 - Por três ou mais postos de trabalho não efetivamente criados - aplicação de -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*penalização mensal de 1200% sobre o resultado do valor referido em 2.2. -----*

----- 3 – A aplicação das penalizações referidas no nº anterior cessa assim que se verifique o cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, devendo os arrendatários remeter à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores. -----

----- 4 – Para verificação do cumprimento e manutenção da proposta de candidatura, a Câmara Municipal poderá solicitar aos arrendatários, a todo o tempo, quaisquer elementos comprovativos da manutenção da situação jurídico-laboral em causa”. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.5 – Coeficiente de atualização das rendas a vigorar para o ano de 2015

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos sobre o assunto supracitado, na qual é referido: “Tendo em conta a publicação em Diário da República, com data de 21/10/2014, com o Aviso nº 11680/2014, do INE, sobre o coeficiente de atualização das rendas dos diversos tipos de arrendamento, em que foi fixado o valor de € 0,9969, para o ano 2015, vêm os serviços jurídicos informar o seguinte: -----

----- O coeficiente de atualização foi calculado pelo INE, com base no índice de preços do consumidor relativo a agosto de 2014, em que o cálculo corresponde a uma queda dos preços, com um valor negativo, o que implica, que não haverá um aumento das rendas. (...) -----

----- Foi presente uma relação descritiva dos contratos de arrendamento, que fica anexa à presente ata. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade não aplicar o coeficiente de atualização das rendas para o ano de 2015, mantendo assim, os valores que se encontram em vigor. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.4 – RECURSOS HUMANOS

##### 2.4.1 – Proposta de Abertura de um Lugar de Dirigente Intermédio de 3º Grau

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalhos o ponto nº 2.8 – “ Proposta de Abertura de um Lugar de Dirigente Intermédio de 3º Grau”, a fim de os Serviços Administrativos complementarem a informação. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - OBRAS PARTICULARES

##### 3.1.1 - Atualização de tabelas de taxas e licenças a aplicar aos Regulamentos Municipais

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras - Obras Particulares, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando que o artigo 71º nº 1 do Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 43º nº 1 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Higiene e Limpeza Pública do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 14º nº 1 do Regulamento Municipal de Inspeção de Ascensores Monta-Cargas Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Regulamento de Licenciamento das Atividades Previstas no Decreto-Lei nº 264/2005, de 25 de novembro e Decreto-Lei nº 310/2002, de 28 de dezembro (transferências para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cíveis), Regulamento do Parque de Campismo de Janeiro de Baixo, dispõem no sentido de as tabelas de preços de taxas e licenças neles constantes serem atualizadas anualmente em função do índice de preços do consumidor, sem habitação, publicado pelo I.N.E. - Instituto Nacional de Estatística, resulta do mesmo a aplicação da taxa de - 01%. -----

----- Propõe-se assim que a respetiva atualização seja sujeita à apreciação em reunião da Câmara Municipal. -----

----- Levo a presente situação à consideração de V.Exª. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade manter a Tabela de Taxas em vigor, -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.2 - OBRAS PÚBLICAS

##### 3.2.1 - Fornecimento Contínuo de 250 Toneladas de Emulsão ECM - 2\_ Libertação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ O fornecimento foi concluído em outubro de 2008. -----

----- Considerando que de acordo com o disposto no artigo 71º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08/06 após 30 dias da prestação de todas as obrigações contratuais, a entidade adjudicante deverá



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

proceder à liberação da caução; -----

----- Considerando que a empresa já cumpriu com todas as suas obrigações contratuais; -----

----- Propõe-se a V.Ex<sup>a</sup> que ao abrigo do disposto no artigo 71º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08 de junho seja libertada a garantia bancária nº 00125-02-1372202 no valor de 4.275,00 € emitida em 20/06/2008 pelo Banco Millennium BCP,SA. Que se anexa. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.2.2 – Concurso Público

##### Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais-Limite do Concelho da Covilhã

----- Foi presente a Informação nº 27\_Conc\_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ O caminho municipal 1374 que liga Portela de Unhais ao limite do concelho da Covilhã foi alvo de uma retificação/correção ao nível de acerto do traçado e do perfil. Os trabalhos foram executados por administração direta. A citada estrada tem um tráfego essencialmente pesado pelo que não é aconselhável a pavimentação a frio com recurso ao equipamento do Município. As atuais condições do pavimento não oferecem segurança e comodidade aos utentes. Assim, foi elaborado um projeto para pavimentação da referida estrada e sua sinalização. O projeto, elaborado pelos serviços do Município está concluído, bem como o respetivo orçamento estimativo e demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso. Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 150 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 725.234,5 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 150 dias; -----

----- Caução: 5%. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.3 - Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais-Limite do Concelho da Covilhã**

##### **Júri do procedimento de concurso**

----- Foi presente a Informa nº 27\_Conc\_2014, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte: -----

----- EFECTIVOS: -----

----- Presidente - Jorge Alves Custódio; -----

----- 1º Vogal - Fernando Pereira Alves; -----

----- 2º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.4 - Anexo à Informação de Início de Procedimento**

##### **(Elementos da solução de Obra Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais e Limite do Concelho da Covilhã)**

----- Foi presente o anexo à Informação nº 27\_Conc\_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- “ Tendo em consideração os elementos e parâmetros definidos e propostas na informação de início de procedimento para a empreitada “Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais e Limite do Concelho da Covilhã”, informa-se que os elementos da solução de obra, nos termos do disposto no artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que acompanham o processo são os seguintes: -----

- 1) Programa de procedimento; -----
- 2) Projeto de Execução: -----
  - a. Planta de Localização; -----
  - b. Planta Geral do Traçado; -----
  - c. Pormenores Construtivos; -----
  - d. Planta de Sinalização; -----
  - e. Planta de Drenagens; -----
  - f. Memória Descritiva; -----
  - g. Especificações Técnicas; -----
- 3) Mapa de quantidade de trabalhos; -----
- 4) Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios, de acordo com o previsto no artigo 350º do Código dos Contratos Públicos que se encontram incluídos no ponto 1.1 do mapa de trabalhos e referenciados na memória descritiva; -----
- 5) Levantamento topográfico de acordo com os elementos do projeto de execução; -----
- 6) Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição; -----
- 7) Plano de segurança e saúde em projeto. -----

----- O projeto encontra-se instruído de acordo com a listagem acima enumerada, fazendo parte a memória descritiva, condições técnicas de execução e desenhos em cumprimento do disposto no artigo 19º da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho. -----

----- No que se refere aos estudos geológicos e geotécnicos, entende-se dispensável, já que a obra se refere somente a uma pavimentação, não havendo trabalhos que interfiram com o tipo ou características do terreno. A execução dos estudos geológicos e geotécnicos não alteraria nenhum dos elementos da solução de obra pelo que não se mostra razoável nem indispensável a sua execução; -----

----- No que se refere aos estudos de impacto ambiental previstos na alínea c) do nº 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, entende-se não ser exigível, já que a construção objeto da presente empreitada, será efetuada numa área onde já existe a atual plataforma da estrada, cumprindo o disposto no Plano Diretor Municipal e demais instrumentos de gestão territorial aplicável. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A área de intervenção é domínio público, não havendo por isso lugar a qualquer processo expropriatório. -----

----- De igual modo, a execução da empreitada não provocará qualquer ónus ou servidão, pelo que se julga desnecessária a realização de quaisquer estudos de impacto social, cultural ou económico. ---

----- Assim, julga-se estarem reunidas as condições necessárias e suficientes para ser iniciado o procedimento de contratação pública para execução da presente empreitada.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os elementos da solução de obra referentes à empreitada de "Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais-Limite do Concelho da Covilhã". ----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.5 – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**

##### **- Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo \_ Parecer**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " O requerente veio solicitar que o Município se pronuncie acerca da criação do sistema multimunicipal acima mencionado, ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto Lei nº 92/2013 de 11 de julho. -----

----- O sistema a criar e anteriormente referido resulta da agregação dos seguintes sistemas multimunicipais, que serão extintos: -----

----- 1 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte Alentejano, -----

----- 2 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, -----

----- 3 – Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril – SANEST, -----

----- 4 – Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal – SIMARSUL, -----

----- 5 – Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo do Trancão – SIMTEJO, -----

----- 6 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão – Águas do Centro, S.A., -----

----- 7 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste – Águas do Oeste, S.A., -----

----- 8 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Alentejo, S.A., -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

— O Município de Pampilhosa da Serra, atualmente, está inserido no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão (6). —

— A empresa Águas do Centro, S.A., é a concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, criado pelo Decreto-Lei nº 197-A/2001, de 30 de junho. —

— A extinção dos 8 sistemas Multimunicipais acima mencionados, vai ter um impacto positivo na redução da dimensão do setor empresarial do Estado, e na obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços. —

— A importância estratégica da sustentabilidade económica e financeira justifica ainda a adoção de um regime tarifário e de faturação ajustado, face aos existentes, nos sistemas a extinguir.

— Não obstante, numa primeira fase da vida do novo sistema, serão aplicados tarifários distintos aos utilizadores dos oito sistemas anteriores, com o objetivo de uma convergência tarifária desses anteriores sistemas, e no domínio do saneamento regimes de faturação distintos aos diferentes utilizadores, de forma a garantir uma transição adequada da realidade nos sistemas extintos para o regime da nova concessão. —

— Após a criação do novo sistema, e da celebração do contrato de concessão entre o Estado e a nova concessionária, esta celebrará com o Município dois contratos, um de fornecimento de água e outro de recolha e tratamento de efluentes. —

— Os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais a integrar no novo sistema Multimunicipal são os que atualmente se encontram integrados no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão – Águas do Centro, S.A. —

— De acordo com o nº 8 do artigo 4º do projeto de Decreto Lei de criação do novo sistema, os municípios acionistas mantêm na sociedade, independentemente da sua participação social, os direitos de que eram titulares em virtude do disposto na lei comercial enquanto acionistas das sociedades concessionárias extintas, com exceção dos direitos de voto, dos direitos patrimoniais e dos direitos decorrentes do nº 8 do artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais, a que se aplicam as regras gerais, sem prejuízo do artigo 13º dos estatutos aprovados pelo citado decreto lei. —

— Tal situação revela-se desajustada e lesiva para os Municípios, não podendo desta forma ser aceite pelo Município de Pampilhosa da Serra, pelo que deverá ser revisto o teor da citada norma. —

— No que se refere aos dados insertos nos estudos efetuados, verifica-se que para o cálculo da tarifa de fornecimento de água foi admitido um caudal mínimo garantido em 2011 em linha com os consumos reais do Município. —

— Contudo no que se refere ao cálculo da tarifa de recolha de efluentes, os caudais mínimos garantidos considerados em 2011, 2012, 2013 e 2014 (95.798,00 m<sup>3</sup>/ano), revelam-se bastante acima dos caudais que têm sido recolhidos pelo Município e tratados pela empresa Águas do Centro, S.A. (2011 – 70.320 m<sup>3</sup>, 2012 – 71.220 m<sup>3</sup>, 2013 – 72.108 m<sup>3</sup>, 2014 – 73.008 m<sup>3</sup>). —

— Não pode pois o Município concordar e aceitar tais valores, quando os mesmos traduzem uma realidade muito diferente da que efetivamente se regista, sendo altamente penalizador já que



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

obrigará no futuro ao pagamento de valores que o Município não irá entregar para tratamento. ----

----- O estudo deverá ser atualizado de acordo com os volumes reais atuais. -----

----- De igual modo se verifica que os documentos apresentados são omissos no que respeita aos volumes de águas pluviais que se infiltram nas redes de recolha de efluentes e que em tempos chuvosos faz aumentar significativamente os caudais que afluem às ETAR's. -----

----- Deverá pois ser prevista uma ponderação destes volumes na fatura total e as ETAR's estarem equipadas com descarregadores de tempestade ou outros que permitam retirar parte das águas infiltradas do tratamento. -----

----- No que respeita às infraestruturas previstas para o Concelho, verifica-se que somente é feita referência à adutora que liga o cruzamento de Maria Gomes à Portela do Fojo – Amoreira Cimeira.

----- Contudo, existe uma zona onde se verificam problemas sucessivos no abastecimento, nomeadamente Carregal e Dornelas do Zêzere, que deveria ser resolvido e contemplado nos investimentos a fazer com o prolongamento da adutora desde o Cruzamento de Porto de Vacas até ao Reservatório de Dornelas do Zêzere. -----

----- Quanto às tarifas a praticar no novo Sistema Multimunicipal, temos o seguinte para o Concelho de Pampilhosa da Serra: -----

----- a) Abastecimento de Água -----

----- i) de 2015 a 2039 – 0,5696 €/ m3 -----

----- ii) a partir de 2040 – redução gradual -----

----- b) Saneamento de águas Residuais -----

----- i) de 2015 a 2039 – 0,5197 €/ m3 -----

----- ii) a partir de 2040 – redução gradual -----

----- Assim verifica-se que o preço a pagar pelo fornecimento de água é inferior ao praticado atualmente e que é de 0,6378 € / 3 e que o preço a pagar pelo tratamento de águas residuais também será inferior ao atual que é de 0,6519 €/ m3. -----

----- Nestes termos entende-se que estão reunidas condições para ser emitido parecer favorável, condicionado à alteração e revisão dos seguintes aspetos: -----

----- A) Alteração do articulado no nº 8 do artigo 4º do projeto de Decreto Lei de criação do novo sistema; -----

----- B) Inclusão do prolongamento da adutora desde o Cruzamento de Porto de Vacas até ao Reservatório de Dornelas do Zêzere nos investimentos a realizar; -----

----- C) Correção dos caudais mínimos garantidos no Saneamento de águas Residuais de acordo com os caudais reais atuais; -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, condicionado à execução das correções e inclusões referidas na Informação dos Serviços Técnicos e remeter para o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 4.1 - CULTURA

##### 4.1.1 - Alteração de denominação da Escola Básica de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente um ofício do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência de contactos estabelecidos entre este Agrupamento e a Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, vimos por este meio propor para vosso parecer a alteração da denominação da Escola sede deste Agrupamento, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 387/90 de 10 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 299/2007 de 22 de agosto, nomeadamente o ponto 4 do artigo 8º.

----- Desta forma propomos para vosso parecer a alteração da Escola Básica da Pampilhosa da Serra para **Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra**. -----

----- Desta forma o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra passaria a ser composto por: -----

----- Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra (Escola Sede); -----

----- Escola Básica de Dornelas do Zêzere, Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais se informa que as designações atuais estão previstas na Portaria 30/2014 de 5 de fevereiro.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e, após análise, deliberou por unanimidade dar parecer favorável à denominação da Escola Sede. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 4.1.2 - Alteração de Denominação da Escola Básica de Pampilhosa da Serra e da Escola Básica de Dornelas do Zêzere

----- Foi presente uma informação do Serviço de Cultura, do seguinte teor: -----

----- “ O Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra está a preparar junto da DGEST – Direção –Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Centro uma proposta de alteração de denominação da Escola Sede daquele Agrupamento, passando de Escola Básica de Pampilhosa da Serra para **Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra**. -----





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Neste sentido, o Agrupamento solicitou ao Município parecer sobre esta alteração, ficando composto por: -----

----- - *Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra (Escola Sede)* -----

----- - *Escola Básica de Dornelas do Zêzere, Pampilhosa da Serra* -----

----- Face ao exposto, solicita-se a V.Ex<sup>a</sup> que se pronuncie quanto à alteração proposta para a denominação da Escola Sede. -----

----- Quanto à denominação da Escola de Dornelas do Zêzere, CONSIDERANDO. -----

----- - A importância que D. Eurico Dias Nogueira e a sua família tiveram na construção da nova escola de Dornelas do Zêzere, através da doação do terreno; -----

----- - D. Eurico ter sido aluno, e brilhante diga-se, da antiga Escola Primária de Dornelas do Zêzere, prosseguindo os seus estudos no Seminário de Coimbra, na Universidade Gregoriana de Roma e na Universidade de Coimbra; -----

----- - A atenção especial que conferiu à educação, enquanto aluno e professor, defendendo-a como essencial ao progresso da Humanidade; -----

----- - A dedicação e estreita ligação que manteve ao longo da vida com Dornelas do Zêzere, sua Terra Natal; -----

----- - A figura notável que foi enquanto Padre, Bispo e Arcebispo de uma das Dioceses mais antigas e veneráveis da Península Ibérica: Braga; -----

----- - O homem inteligente, culto e de rara sensibilidade, que defendeu fervorosamente o interior e o seu desenvolvimento; -----

----- - O homem de valores e convicções fortes, que nunca renegou as suas raízes e tão pouco esqueceu a sua terra, Dornelas do Zêzere, e o seu concelho, Pampilhosa da Serra, apoiando localmente vários projetos e associando-se a várias causas; -----

----- - O valioso legado e exemplo de vida que deixou e que enche de orgulho todos os pampilhosenses. -----

----- PROPÕE-SE: -----

----- Que ao nome Escola Básica de Dornelas do Zêzere, seja dado o nome **Escola Básica D. Eurico Dias Nogueira**.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

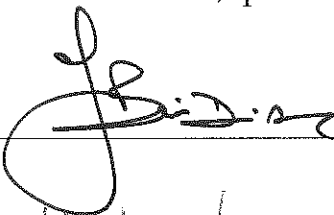
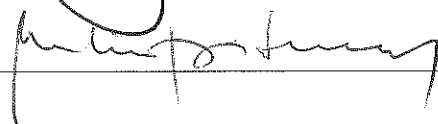
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_